

**FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

DANIELE TAVARES DE OLIVEIRA

**REFLETINDO SOBRE A DESIGUALDADE DE
GÊNERO**

**PATOS DE MINAS
2017**

FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA

DANIELE TAVARES DE OLIVEIRA

**REFLETINDO SOBRE A DESIGUALDADE DE
GÊNERO**

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito para Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia. Para finalidade de obtenção do título de Bacharel em Psicologia, podendo gozar dos direitos de Psicólogo.

Orientadora: Profa. Ma. Cátia de Castro Dias

FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
Curso Bacharelado em Psicologia

DANIELE TAVARES DE OLIVEIRA

REFLETINDO SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Banca Examinadora do Curso de Bacharelado em Psicologia, composta em 13 de novembro de 2017:

Orientadora: Profa. Ma. Cátia de Castro Dias
Faculdade Patos de Minas

Examinador: Profa. Ma. Constance Bonvicini Rezende
Faculdade Patos de Minas

Examinador: Me. Guilherme Bessa Ferreira Pereira
Faculdade Patos de Minas



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO, APRESENTADO POR DANIELE TAVARES DE OLIVEIRA, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM PSICOLOGIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Laboratório de Psicologia do Trabalho – LAPOT, a Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Patos de Minas, constituída pelos professores abaixo assinados, na prova de defesa de seu trabalho de conclusão de curso intitulado: DESIGUALDADE DE GÊNERO. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o graduando(a) sobre diversos aspectos da pesquisa e do trabalho, como REQUISITO PARCIAL DE CONCLUSÃO DE CURSO. Após a arguição, a comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do(a) graduando(a), tendo chegado ao resultado, o(a) graduando(a) DANIELE TAVARES DE OLIVEIRA foi considerado(a) (APROVADA). Sendo verdade eu, Lúcia Helena dos Santos França, Secretária do Departamento de Graduação em Psicologia, confirma e lavra a presente ata, que assino juntamente com o Coordenador do Curso e os Membros da Banca Examinadora.

Patos de Minas, 13 de novembro de 2017.



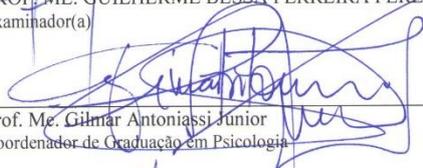
PROF^a. MA. CATIA DE CASTRO DIAS
Orientador(a)



PROF^a. MA. CONSTANCE REZENDE BONVICINI
Examinador(a)



PROF. ME. GUILHERME BESSA FERREIRA PEREIRA
Examinador(a)



Prof. Me. Gilmar Antoniaassi Junior
Coordenador de Graduação em Psicologia



Lúcia Helena dos Santos França
Secretaria do Departamento de Graduação em Psicologia

DEDICO esse trabalho aos leitores e a todas as pessoas que se interessam pelo tema, espero através deste estar contribuindo com o saber e o despertar de uma reflexão a cerca de todos os aspectos envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao apoio prestado pelos meus pais Carlos e Maria que sempre acreditaram e incentivaram o meu crescimento profissional. Agradeço de forma especial à orientadora Profa. Ma. Cátia de Castro Dias que sempre esteve disponível para auxiliar na orientação deste trabalho.

E a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a minha formação profissional.

Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas.

Marry Wollstonecraft

REFLETINDO SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO REFLECTING ON GENDER INEQUALITY

Daniele Tavares de Oliveira¹

Graduanda do Curso de Psicologia. Faculdade Patos de Minas.

Profa. Ma. Cátia de Castro Dias²

Mestre em História pela. Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

O presente estudo objetiva compreender, através de dados históricos, o fenômeno da desigualdade de gênero e suas formas. Para tanto, buscou-se estabelecer um breve discurso sobre a relação de poder entre os sexos masculino e feminino, seu respectivo histórico e influências; enfatizar o movimento feminista, sua função desempenhada e melhorias impulsionadas por este movimento social ocorridas na sociedade e descrever os fatores históricos que envolveram as relações das mulheres brasileiras, de forma a enfatizar a sua complexidade e diversidade de experiências. Realizou-se um estudo qualitativo descritivo de natureza bibliográfica. Observou-se que embora haja a previsão de uma igualdade formal entre homens e mulheres, essa igualdade, de fato, não existe, pois em razão de toda uma carga histórica de opressão e submissão do sexo feminino ao masculino, ainda há fortes traços de um sistema patriarcal. O gênero não é um fator biológico, e, sim social, inerente a todas as imposições de comportamento, de ser, agir e pensar no mundo de acordo com o sexo. As mudanças no sentido de romper com a dominação da mulher começaram a surgir recentemente, com a sua entrada no mercado de trabalho, que permitiu que ela fosse ganhando cada vez mais autonomia, mas, ainda há muito o que se conquistar.

Palavras-chave: Desigualdade. Movimento feminista. Poder. Subordinação.

¹Orientanda.

² Professora orientadora. Docente do DPGPSI/FPM

ABSTRACT

The present study aims to understand, through historical data, the phenomenon of gender inequality and its forms. In order to do so, we sought to establish a brief discourse on the relation of power between the male and female sexes, their respective history and influences; to emphasize the feminist movement, its role played and improvements promoted by this social movement occurred in society and to describe the historical factors that have involved the relations of Brazilian women, in order to emphasize their complexity and diversity of experiences. A descriptive qualitative study of a bibliographic nature was carried out. It was observed that, although formal equality between men and women is foreseen, this equality does not exist, because, due to an entire historical burden of oppression and submission from the female to the masculine, there are still strong features of a patriarchal system. Gender is not a biological factor, but social, inherent in all the impositions of behavior, of being, acting and thinking about the world according to sex. The changes in the sense of breaking with the domination of women began to emerge recently with their entry into the labor market, which allowed it to gain more and more autonomy, but there is still much to conquer.

Keywords: Inequality. Feminist movement. Power. Subordination.

INTRODUÇÃO

Desde o início das civilizações, na maioria das culturas, a mulher sempre esteve em uma condição submissa ao homem, no decorrer do tempo, passou a atuar mais efetivamente na sociedade e a ocupar lugares que eram antes ocupados apenas pelo sexo masculino. Mas, mesmo hoje, após anos de luta e de diversas conquistas alcançadas pelo sexo feminino, a diferença em razão do sexo, ainda se faz presente na sociedade, e a mulher ainda é mantida na condição de subordinação (SANTOS; SILVA FILHO, 2014).

O conceito de gênero, aquele que explica sobre as diferenças entre homens e mulheres, costumeiramente é ligado a estereótipos que atribuem comportamentos baseados em regras de feminilidade e masculinidade e continua não raras vezes influenciando a noção cultural equivocada de superioridade do homem, sendo usado para manter o velho padrão cultural patriarcal e misógino que coloca as mulheres em condição de inferioridade. A violência contra a mulher, por

exemplo, ocorre numa perspectiva de manter as desigualdades hierárquicas existentes e para garantir obediência e subalternidade de um sexo a outro (CRUZ, 2015).

Torna-se importante buscar na história os predicados necessários para desvendar como foi se estabelecendo a desigualdade de gênero e a subordinação feminina ao longo dos tempos. Dessa forma, tem-se a oportunidade de refletir sobre as relações de gênero articuladas as relações de poder e obter auxílios analíticos para compreender as identidades de gênero e os grandes debates na atualidade referentes ao assunto, visando buscar caminhos para pensar e problematizar as seguintes questões: De que forma a mulher foi ganhando visibilidade ao longo da história? Qual o papel desempenhado pela mulher no Brasil e as relações que permeiam seu cotidiano?

O objetivo geral do artigo é compreender, através de dados históricos, o fenômeno da desigualdade de gênero e suas formas. Para alcançar este objetivo, buscou-se estabelecer um breve discurso sobre a relação de poder entre os sexos masculino e feminino, seu respectivo histórico e influências; enfatizar o movimento feminista, sua função desempenhada e melhorias impulsionadas por este movimento social ocorridas na sociedade e descrever os fatores históricos que envolveram as relações das mulheres brasileiras, de forma a enfatizar a sua complexidade e diversidade de experiências.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo descritivo de natureza bibliográfica. Foram realizadas buscas na internet em bases de dados como o Scielo e Google acadêmico, através das seguintes palavras-chave: histórico, desigualdade de gênero; relação de poder entre os sexos masculino e feminino; e, movimento feminista/movimento social. Os artigos consultados encontram-se publicados no idioma Português do ano de 1999 a 2015.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

BREVE HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

No início, o discurso sobre a sexualidade se aplicava ao corpo, aos órgãos sexuais e aos prazeres; mas, a partir do século XVIII, temas sobre o sexo e a sexualidade, eram questões masculinas, discutidas apenas em colégios de meninos e escolas militares, ao passo que, a masturbação feminina era inaceitável. A mulher, enquanto estivesse amamentando, não poderia ter relações sexuais, pois se tivesse, seu leite se estragaria. Razão pela qual, as mulheres ricas, para poder ter relações sexuais e segurar seus maridos, enviavam os filhos para amas de leite, mulheres pobres que se prestavam a essa ação para ganhar dinheiro. Foi quando as questões inerentes à sexualidade feminina começaram a ter atenção da medicina, mas, até então, apenas no que se referia à maternidade e ao aleitamento (FOUCAULT, 2015).

Em sua obra intitulada *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1999, p. 33) afirmou que nas relações de poder, a sexualidade é dotada de uma “ [...] instrumentalidade utilizável no maior número de manobras e podem servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias [...]”, uma vez que, para este autor, quem detinha o poder na ordem da sexualidade eram os homens adultos, mas, as mulheres e crianças eram privadas inclusive do direito de poder saber sobre as questões inerentes ao sexo e a sexualidade.

As noções morais inerentes ao comportamento sexual eram pensadas, escritas e ensinadas por homens aos homens, já as mulheres, eram mantidas em uma relação de dependência da família e do marido, figuravam apenas como objetos sob o poder do homem com uma função procriadora. A moral e o costume pregavam que as mulheres deveriam ter o marido como parceiro exclusivo, a quem ela deveria dar filhos, no entanto, aos homens, as imposições moralmente feitas eram no sentido de que ele, casado ou não, deveria respeitar as mulheres casadas

e as jovens; não em respeito às mulheres, e sim em respeito ao homem, pai ou marido que detinha o poder destas (FOUCAULT, 1999b).

O termo sexualidade, porém, é adotado apenas a partir do século XIX, logo, sem importância epistemológica para sociedades anteriores. Mas, a sua aplicação é adequada por analisar como os valores culturais intervêm na forma como as pessoas se associam com o próprio corpo, com os seus desejos e sentimentos. A apreciação da sexualidade associa a historicidade do corpo, do que pode ser percebido por erógeno, por preceitos à prática sexual, e seus sentidos conforme os valores socialmente formados. Reflexões referentes à sexualidade consentem um olhar sobre alusões de cunho sexual como meios de estímulo ao desejo ou um sinal da 'devassidão' dos ancestrais. Defende-se que essas menções não eram designadas a ocasiões unicamente eróticas, mas que ostentavam conotações religiosas, apotropaicas, cômicas, humorísticas ou revelam-se só como um elemento aprazível e natural da vida (FEITOSA, 2008)

A primeira ruptura nos mecanismos de repressão da sexualidade começa no século XVII. A percepção de uma 'pulsão sexual' intrínseca ao ser humano, como sadia ou perversa, data do Iluminismo, no final do século XVII, início do XVIII, data em que as questões sexuais começam a influenciar o social e a sexualidade no seio familiar para fins de procriação, o que marca uma grande mudança nos costumes. Esse fato expressa que foi a partir de uma perspectiva bio-política que se nasce o dispositivo moderno da sexualidade. A fase seguinte, foi o invento da sexualidade, como a compreendemos atualmente, ou seja, aquilo que marca a pessoa em sua dimensão mais profunda (SALLES; CECCARELLI, 2010).

A partir do instante em que o homem é percebido como um ser natural, a sexualidade deixa de ser contrária à espiritualidade, cuja satisfação, dentro do matrimônio independente reprodução. O homem passa a ser visto como um ser civilizado capaz de se conter, para um valor maior: a sociedade (algo próximo da concepção freudiana de sublimação). Constroem-se, assim, as bases para aquilo que, no final do século XIX titulouse-se 'sexualidade': tornou-se inconcebível pensar o sujeito sem o sexo (SALLES; CECCARELLI, 2010).

Em meados do século XVIII, um conjugado de ideias médicas, filosóficas, e morais passaram a fazer uma leitura sobre a natureza diferencial entre masculino e feminino, cujos efeitos repercutiram na legitimidade de suas inserções sociais. No final do século XIX e começo do século XX, a natureza das mulheres se baseia na

decência, na docilidade em relação aos desejos dos homens e no atributo da maternidade. Ao mesmo tempo, o erotismo feminino passou a ser ameaçador. Isso, porque a tradição cristã fazia oposição entre maternidade e desejo no ser da mulher, devendo ser emudecido o gozo no corpo feminino (ALMEIDA, 2012).

Ao assumir a posição de mantenedoras da harmonia do lar, surgem duas formas de alienação para as mulheres, o afastamento do espaço social e a renúncia da fala, o que as tornaria socialmente invisíveis. No ideário burguês, a mulher foi contida a uma posição de 'feminilidade,' urdida pelo discurso masculino. Mas, ainda no século XIX, esta 'feminilidade,' entrou em crise, perante a repressão a seu corpo, a sua sexualidade e a sua vida, as mulheres acharam, nos sintomas histéricos, uma maneira de dramatizar seu desprazer e seu protesto. Neste contexto, Freud lança o pensamento psicanalítico sobre a Histeria, que foi um dos primeiros a escutar a crise ainda anônima que suas pacientes vivenciavam. A recusa das histéricas em aceitar tal 'feminilidade' como forma de sexuação e de subjetivação, levou Freud passar boa parte de sua vida dedicado as pesquisas desvendasse os mistérios da feminilidade (ALMEIDA, 2012).

No começo do século XX os movimentos sociais desenvolvidos, como a luta da mulher pelo direito ao voto, a vindicação feminina pelo ingresso à vida profissional e a Universidade, a 1ª Guerra Mundial, formaram um novo desenho social. Estes processos produzidos especialmente pela evolução tecnológica motivou o elevado índice de consumo das massas, difundindo o conceito de que ao homem competia o ter e não o ser. Com isso o capitalismo deteve a sexualidade como uma grande expressão e a incorporou ao consumismo (DUARTE; CHRISTIANO, 2012).

Depois da metade do século XX, o sexo passa a ser produto de consumo, surge uma produção significativa de objetos sugestivos ao sexo, bem como surge a exploração sexual e a indústria de pornografia. Neste contexto, a mulher, passa a ser concebida como objeto sexual, figura nomeadamente focalizada pelos meios de comunicação social, que faz exposição ao seu corpo escultural, como tática para vender e lucrar. A exibição do sexo e do corpo, especialmente feminino, propicia um olhar desconfigurado sobre a sexualidade e o sexo (DUARTE; CHRISTIANO, 2012).

A sexualidade passou a envolver uma série de comportamentos sociais, institucionalmente impostos em razão do sexo, como se este fosse algo dotado de leis e coações que definem o que é masculino e feminino influenciando discursos,

decisões, proposições filosóficas e morais diferentes, a depender do sexo (FOUCAULT, 2015).

Surge então o papel sexual que envolve técnicas de corpo, obrigações sociais e condutas coesas com o papel a desempenhar, o leva a ver a masculinidade e a feminilidade como um papel socialmente estabelecido. Logo, as práticas dos atores são distinguidas, dado a função do grupo sexual de pertinência, sendo esta distinção avigorada por arranjos institucionais. O papel sexual é uma norma que revoga algumas condutas e prescrevem outras apreensíveis à condição dos estereótipos sexuais, sendo os atores admitidos socialmente pela adoção de condutas não coerentes com o seu papel sexual (OLIVEIRA; AMANCIO, 2002).

Na era moderna a sexualidade passa a ser referência essencial para o processo de produção da verdade e da subjetivação do sujeito (CIRINO, 2007):

[...] segundo círculos cada vez mais estreitos, o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo. Contudo, não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanentes a tal discurso. (FOUCAULT, 1980, p. 68-69 apud CIRINO, 2007, p. 81).

O poder normativo do papel sexual, em contexto organizacional, apenas constrange o grupo dominado, as mulheres, considerando que o homem se lhe proporcionam recursos simbólicos que procedem da sua multiplicidade de papéis e do estatuto coligados a esses mesmos papéis. Os estereótipos sexuais passam, portanto a ser observados como uma representação social, sendo a identificação de uma pessoa com um algum grupo de sexo potencializadora de estratégias antecipatórias, considerando a natureza informativa que os estereótipos de sexo têm (OLIVEIRA; AMANCIO, 2002).

Para os homens, existe uma abundância de papéis, o que alude certa plasticidade nas condutas masculinos e nas representações sociais do que expressa ser homem, enquanto para as mulheres este universo é restrito. O ser mulher é socialmente refletido de modo a direcionar todas as condutas para apenas uma esfera de atividade, a esfera privada, a família. Então, as mulheres acabam por ser concebidas como um 'segundo sexo,' um conjunto enorme de seres humanos cuja distinção se sintetiza às funções sociais de 'sentir' e de 'cuidar' O sentido de pessoa

adulta, próximo ao estereótipo feminino, fica limitado às funções afetivas e de objeto de desejo, associados a falta de qualidades para o trabalho e para a autonomia. É de se esperar que mesmo quando as mulheres saem para trabalhar, suas atividades sejam socialmente construídas como uma extensão das atividades domésticas e das condutas a elas conexas para o mundo do trabalho. As representações sociais dos sexos estruturam-se a partir de um contexto simbólico comum, histórica e culturalmente estabelecidos e categóricos (OLIVEIRA; AMANCIO, 2002).

A sexualidade foi englobando conotações procedentes de uma série de mecanismos biológicos da reprodução, além de variantes individuais e sociais do comportamento, baseados em regras impostas por instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas. Diante disso, a sexualidade passa a ser vista como uma construção social que produz efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Mas, no decorrer da história, a atividade sexual sempre foi objeto de preocupação moral, profundamente influenciada pela sociedade e a cultura que determinam quais práticas sexuais são apropriadas ou não, morais ou imorais, saudáveis ou doentias (ARAÚJO, 2002).

Nesse mesmo sentido, o gênero é um conceito que se refere à construção social do sexo que designa a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita, usado tanto para distinguir a dimensão biológica da social entre machos e fêmeas na espécie humana, como também a qualidade de ser homem e de ser mulher dentro de uma realidade social. Homens e mulheres são socialmente vistos de maneira muito variada e não é a natureza que define esse comportamento social distinto; e sim a sociedade com seus critérios de diferenciação de gênero que acarretam em experiências sociais antagônicas para homens e mulheres (HEILBORN, 1997).

As transformações sociais, portanto, se relacionam com a construção de novas identidades de gênero e de sexo e, visto que são elas constituídas culturalmente. Atualmente, várias formas de se vivenciar prazeres corporais, masculinos e femininos, são divulgadas socialmente de modo explícito, o que evidencia uma transformação sobre o modo de ver a sexualidade ao se considerar que sexualidade e o prazer sexual da mulher foram por muito tempo desconsiderados (SILVA, 2007).

Contribuindo para a noção de que as concepções sobre sexualidade e gênero são influenciadas pela sociedade, ao se considerar as mudanças sobre as

relações de gênero intrafamiliares, que se deram pela crescente participação feminina no mercado de trabalho, fazendo com que os homens cada vez mais se dedicam aos afazeres domésticos. Nesse cenário, as famílias tendem a ser formadas por pais e mães que se dedicam ao trabalho remunerado e dividem, ainda que de modo desigual, o trabalho doméstico (ABREU, 2012).

A organização dos sentidos associados ao gênero estabelece uma divisão do mundo entre “[...] sujeitos universais e assexuados e uma comunidade de invisíveis sobresssexuados [...]” (OLIVEIRA; AMANCIO, 2002, p. 50), cujas fixações históricas se vinculam com o confinar das mulheres ao domínio familiar e doméstica. Nos dois sentidos, o masculino surge como respectivo simbólico ecumênico e expede as mulheres para uma condição de alteridade, em que o sexo estabelece um marcador social em efeito da sobrenormatividade dos papéis sexuais e estereótipos. Neste sentido, a compreensão dos papéis sexuais conforme uma diferenciação puramente valorativa ou de papéis integrantes perde todo o significado e se torna sem importância.

A HISTÓRIA DA MULHER NO BRASIL

As nativas do Brasil Tupinambá

As índias quando grávidas mantinham abstinência sexual e voltavam aos seus trabalhos um mês após o parto. Há relatos de mulheres que matavam os filhos e comiam os recém-nascidos quando ficavam grávidas de inimigos ou para alimentar os maridos doentes, por acreditar que somente o frescor da infância teria a cura para as enfermidades. Após a primeira menstruação, as meninas passavam por um rito de cortar os cabelos e fazer incisões das espáduas às nádegas em forma de X. As relações eram poligâmicas, quanto mais esposas, mais valente eram considerados os homens. Quando viúvas, casavam-se com o irmão mais velho do falecido. Adultérios femininos eram punidos até com a morte, mas os maridos não se vingavam dos homens que mantinham relações com suas esposas. Há relatos de índias que abandonavam as funções femininas, cortavam os cabelos, iam à guerra

com arcos e flechas e possuíam uma mulher para servi-las. As índias mais velhas, por não mais serem procuradas pelos homens, investiam nos meninos da tribo para satisfazerem seus desejos (RAMINELLE, 2004).

Mulheres da Colônia

A igreja exercia uma forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina, as mulheres deviam sujeitar-se aos maridos através do temor do mito do Éden, vestir roupas decentes e se enfeitar com pudor. Os programas de estudos eram distintos ao dos meninos e as matérias ministradas separadamente, o aprendizado das meninas era mínimo, rápido e leve. As meninas eram preparadas para o casamento, se casavam com homens bem mais velhos, que como maridos, passavam a ser seu senhor. No Brasil colonial, as mulheres adúlteras, por lei, poderiam ser punidas com a morte pelos maridos. A sexualidade feminina era controlada e as mulheres submetidas aos padrões. Nos conventos, haviam muitas manifestações da sexualidade feminina, longe da vigilância dos pais, as jovens extravasavam a sexualidade, se rodeavam de perfumes, espelhos, flertavam com os 'freiráticos', homens que seduziam freiras ou até mesmo com padres. Todos sabiam e todos fingiam não saber (ARAÚJO, 2004).

No início da colonização, as doenças eram vistas como uma advertência divina, e nesse cenário, onde a doença e a culpa estavam atreladas, o corpo feminino era visto como algo nebuloso, obscuro, em que até os conceitos médicos eram associados com a moral e o metafísico. Acreditava-se que a mulher se diferenciava do homem tanto biologicamente quanto por características morais. A medicina, além de subestimar o corpo feminino, perseguia mulheres que possuíam conhecimento sobre o próprio corpo por meio do saber informal passado por gerações, como no caso das curandeiras e benzedadeiras, vistas como feiticeiras (DEL PRIORE, 2004).

No século do ouro (XVII), as mulheres trabalhavam como cozinheiras, lavadeiras e criadas, ou dividiam cargos na panificação, tecelagem e alfaiataria com os homens; não tinham representação política. No entanto, eram muito presentes nos comércios ambulantes e vendiam tecidos, instrumentos de trabalho, bebidas,

fumos e alimentos. Negras e mulatas eram empurradas para a prostituição como forma de os proprietários de escravos diversificarem seus investimentos. A igreja cobrava caro pelos casamentos, o que contribuiu para uniões consensuais à margem do controle da igreja, o que confrontava a sua moral. A maioria dessas uniões geravam filhos, que muitas vezes eram abandonadas. No entanto, essas uniões possibilitaram uma maior atuação feminina na sociedade do que nos casamentos cristãos, graças ao distanciamento que mantinham da igreja (FIGUEIREDO, 2004).

No período colonial, muitas mulheres enfrentavam diversos obstáculos na criação dos filhos (legítimos ou tidos fora do casamento), o que fazia com que algumas delas precisassem abandonar os próprios filhos. Situação que chegou a preocupar a igreja e o governo. No segundo e terceiro século de colonização, muitos meninos e meninas com dias de vida eram deixados em calçadas, terrenos baldios e lixeiras. Raramente ocorriam abandonos nos meios rurais, pois as crianças, desde tenras idades trabalhavam junto as mães e contribuía para a economia doméstica, enquanto nas cidades, o trabalho infantil tinha pouco valor. O abandono de crianças foi um importante aspecto da condição feminina no período colonial (VENÂNCIO, 2004).

Período Imperial

No século XIX, o papel da mulher na sociedade era o de esposa dedicada, toda a educação feminina era voltada para o papel da esposa obediente, pacata, submissa. Responsável pela educação dos filhos, mantendo o lar sólido e estável. O casamento entre famílias ricas representava ascensão e para manutenção de status, as mulheres precisavam manter boa postura nos salões, como anfitriãs, esposas exemplares e boas mães. A emergência das famílias burguesas reforçou o sentimento de importância do amor familiar e cuidado do marido e dos filhos, redefinindo o papel feminino nas atividades domésticas. As moças solteiras eram extremamente vigiadas, trancadas em casa, pois a virgindade era um requisito para o casamento, como um objeto de valor econômico e político. O

casamento das mulheres ricas era acertado entre as famílias e envolvia dotes, enquanto o das mulheres pobres não (D'INCAO, 2004).

No Nordeste, havia as fazendeiras ricas e as pobres roceiras que se diferenciavam pelos estilos de vida e hábitos. A gordura na época era um encanto feminino, comum nas mulheres ricas pela vida sedentária; braços roliços, quadris largos e celulites eram sinais de nobreza, pois a ostentação de alimentos era realidade de poucos. As mulheres usavam vestidos grandes, com vários metros de tecidos e ostentavam cabelos longos, que no caso das mulheres pobres, era vendido em troca de algum dinheiro. As mulheres ricas não tinham muitas atividades fora de casa sua função era orientar os filhos, fazer ou mandar fazer as atividades do lar; as menos afortunadas faziam doces, arranjos de flores, bordados e atividades do gênero para ajudar no sustento dos filhos. Já as mulheres pobres, precisavam garantir o seu sustento e trabalhavam como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, cozinheiras, engomadeiras, servindo de mão de obra para qualquer serviço doméstico (FALEI, 2004).

Enquanto isso, no Sul do Brasil, muitas mulheres trabalhavam sozinhas comandando estâncias e trabalhando para a sobrevivência, visto a ausência dos maridos. Era grande a presença de mulheres nas ruas e nas pequenas casas de comércio auxiliando os maridos. No entanto, nos grandes comércios e nas atividades de transporte marítimo a presença feminina era rara (PEDRO, 2004).

As mulheres da República

Após a proclamação da república, novos modelos de comportamento feminino surgiram e as mulheres e crianças passaram a ser uma importante mão de obra nas indústrias que nasciam, pois recebiam salários mais baixos que os homens. O início do século XX foi marcado pela presença de mulheres nas repartições públicas, nas ruas, vendendo, prestando serviços domésticos, se prostituindo, lecionando e participando ativamente do dia a dia das cidades (PEDRO, 2004).

O fim do século XIX foi marcado por várias transformações na sociedade brasileira: reconstrução das relações de trabalho; ampliação dos espaços urbanos

e Proclamação da República. Em meio a essas mudanças, houve o desenvolvimento da medicalização da loucura, marcada pelo comprometimento da psiquiatria com padrões de moralidade para os corpos e mentes. Os psiquiatras brasileiros, no fim do século XIX e início do século XX se dedicaram a definir o perfil da mulher histérica. As situações que levavam as mulheres a serem classificadas como doentes mentais eram relacionadas a sua natureza, especificamente à sua sexualidade. Havia procedimentos terapêuticos que envolviam extirpação do clitóris, introdução de gelo na vagina. As mulheres eram consideradas seres assexuados e acreditava-se que as perturbações psíquicas guardavam relação com distúrbios de sexualidade (ENGEL, 2004).

Entre os anos de 1890 e 1920, as organizações sociais familiares das camadas populares possuíam várias formas, dentre elas as famílias chefiadas por mulheres solteiras. Com o respaldo da ciência, a medicina assegurava que a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal eram características biológicas femininas. O homem pobre, muitas vezes não conseguia assumir o papel de mantenedor esperado pelo modelo da sociedade, por insegurança e por não exercer poder irrestrito sobre sua mulher, agia de modo violento para com ela. O que contribuiu para que na virada do século, os crimes passionais assumissem grandes proporções. Nesse período, o homem tinha plena liberdade para exercer a sua sexualidade, ainda que casado fosse, enquanto a infidelidade feminina, geralmente era punida com a morte e o assassino beneficiado pelo argumento de estar acometido de uma loucura momentânea (SOIHET, 2004).

O PAPEL DA MULHER MODERNA DESEMPENHADO NO BRASIL

Foi a partir de 1970 que os estudos de gênero e o movimento feminista se consolidaram no Brasil. Hipóteses do feminismo da igualdade asseguram que as únicas diferenças entre homens e mulheres são biológicas-sexuais, as demais são culturais, originárias de relações de opressão, logo, devem ser abolidas para privilegiar o espaço de relações entre seres 'iguais'. O conceito de gênero remete a linhas culturais femininas ou masculinos, socialmente construídos sobre o

embasamento biológico. O que leva a estabelecer uma divergência binária entre os gêneros. Enfatizam-se diferenças entre homens e mulheres, criando-se uma oposição entre masculino e feminino. Ao destacar as relações sociais entre os sexos, o conceito de gênero, admite a percepção de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus elementos principais as desigualdades de poder (FARAH, 2004).

Em todo o mundo, o século XX, se caracterizou por grandes mudanças econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e políticas, que repercutiram nas questões de gênero e sexualidade. Houve crescente individualização e desenvolvimento da autonomia pessoal, principalmente das mulheres, mudanças nos padrões conjugais e familiares, separação entre sexualidade e reprodução, que impactou temas sobre a fecundidade e à contestação de padrões 'tradicionais' de relações entre gêneros e de famílias, e além disso da heteronormatividade compulsória (ALVES; CORRÊA, 2009).

Mudanças estas manifestas no contexto brasileiro. As rápidas transformações nos domínios do gênero e da sexualidade, porém, não transcursem sem barreiras ou ações regressivas, gerando oposições sutis, tentativas de reacomodação cultural e, especialmente, respostas metódicas e virulentas procedentes de diferentes atores, cujas ideologias visam restituir as remotas ordens de gênero e sexualidade. Tais posicionamentos são evidentes no contexto religioso e seus dogmas. As conquistas alcançadas no plano interno apresentam correlação com diversos progressos alcançados no domínio internacional e firmados em documentos, conferências e tratados, assim como mostra a Tabela 1 (ALVES; CORRÊA, 2009).

Tabela 1. Progressos alcançados e firmados em documentos, conferências e tratados

• Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
• Convenção: Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979)
• Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1989)
• Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes/89
• Convenção sobre os Direitos da Criança (1990)
• Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1992)
• Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992)

-
- Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993)
-
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher/94
-
- Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim (1995)
-
- Convenções da OEA, em especial a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, Belém do Pará (1994).
-

Fonte: Alves; Corrêa (2009)

As Nações Unidas elaboram um relatório de Desenvolvimento Humano que trata também da questão da igualdade entre homens e mulheres. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) registra uma denúncia de violência contra a mulher a cada 7 minutos e as mulheres recebem até 25% a menos que homens em cargos semelhantes. Questões como essa fazem com que o país ocupa a 92ª posição em uma lista de 159 países (ISTO É, 2017).

A participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado nos últimos anos, independente de se tratar de uma fase de recessão ou expansão da economia. Sabe-se que desde os anos 1980, a taxa anual de emprego das mulheres tem sido maior que a masculina, fato que provavelmente se deve ao fato de o nível médio de escolaridade feminina ser maior que o masculino. No entanto, mesmo diante a ocupação dos postos de trabalho, as mulheres ainda são minoria nos cargos de chefia e ainda possuem um patamar de remuneração cerca de 25% inferior ao dos homens (LABINAS, 2001).

Pesquisa levantou o perfil das 500 maiores empresas no Brasil, para verificar o perfil social, racial e de gênero. Segundo os dados, quanto mais elevada é a condição hierárquica, menor é a representação da mulher nas empresas. O fato de as mulheres terem grau de escolaridade maior que a dos homens sugere não colaborar para sua elevação em cargos mais altos. O lento progresso feminino pode ter relação com o estilo de liderança em ambientes tipicamente masculinos, caracterizados pela competitividade, autoridade hierárquica. Em correlação ao estilo masculino, a mulher se diferencia pela evidencia nas relações interpessoais, mas o sucesso se associa ao estilo masculino de liderança, fato que tornaria a chance de alcançar o topo ainda mais difícil para as mulheres (HANASHIRO; CARVALHO 2005).

Na família, atualmente, há grande flexibilidade nas relações e configurações. Nesse contexto, quanto às relações de gênero, por ser a instituição familiar um espaço de reprodução de estereótipos sociais, o papel da mulher ainda é

atrelado a: produção, reprodução, sexualidade e socialização das crianças. Ainda hoje, há uma maior reprovação do adultério feminino em relação ao masculino. Menciona-se ainda a sobrecarga feminina, em razão de em grande parte das vezes ter que dividir o tempo entre o trabalho, cuidados e atividades domésticas, pois embora o modelo de relações familiares se alterarem com o longo do tempo, é perceptível que as relações de gênero ocorrem de forma mais lenta (SILVA; MENDES; PINHEIRO, 2015).

A mulher conquistou formalmente seu espaço da política em 1930, e no Brasil, hoje as mulheres correspondem a 51,5% dos eleitores, porém, representam a minoria dos candidatos a cargos eletivos no país. A legislação atual determina que 30% dos candidatos sejam do sexo feminino, no entanto, não raras vezes os partidos não atingirem essa cota mínima. Razão pela qual as mulheres ainda são minoria no senado, na câmara e nos governos de âmbito federal, estadual e municipal (BRABEC; SANTANA, 2010).

A sexualidade feminina foi, e ainda o é objeto de interdição em vários campos, principalmente em razão da ética e na moral religiosa, uma vez que ao longo da história, a sexualidade feminina sempre foi normatizada pelos padrões Cristãos. Hoje, compreende-se que a sexualidade deve ser vivida de forma igualitária e que independente do sexo do indivíduo, uma vida sexual boa e saudável propicia felicidade e bem-estar. A mulher ainda busca sua autonomia nas vivências de sua sexualidade, pois ainda muitas vezes, se tornam passivas e submissas nas relações. No Brasil, a educação sexual faz parte do sistema educacional, mas os cursos raramente incluem a sexualidade humana como tema de debate, mesmo nos cursos de nível superior dentro da área da saúde (TRINDADE; FERREIRA, 2008).

Ao menos nas sociedades ocidentais, homens e mulheres vem se distanciando dos padrões estereotipados de gênero e criando novos formatos de subjetividade, alforriados das classes traçadas pelas representações sociais vigentes. O conceito de que há um arquétipo masculino ou feminino ecumênico não tem mais forças. Sob o escudo da multiplicidade e da singularidade, aparecem diversas maneiras de ser da masculinidade e da feminilidade que coexistem de modo já não tão conflituoso, com as matrizes hegemônicas de gênero que ainda existem. Nesta perspectiva, surge a probabilidade de estabelecer relações de gênero mais democráticas, em que o direito à igualdade e o respeito à diferença se tornam o sustentáculo. Não é demais assegurar que esse permanece sendo o ideal

de relação encaixado no casamento e na família desde a modernidade (ARAÚJO, 2005).

O Brasil vem passando por um processo de diminuição das desigualdades de gênero e de desconstrução do patriarcado, que acaba por possibilitar ao homem o controle da propriedade e da renda familiar, o domínio do trabalho e da mobilidade da mulher e dos filhos. Vestígios do patriarcado ainda são vistos nas relações sociais brasileiras, as suas bases legais e materiais, porém, estão em decadência e esse fenômeno é global. O que compõe a luta pelos direitos iguais, em desfavor a discriminação e a segregação entre os sexos, pelo reconhecimento e respeito e pela semelhança e isonomia nos espaços de poder, em outros termos, pela igualdade de gênero. As vitórias são parciais, mas, as conquistas são acumulativas e sem volta. Houve diminuição de determinadas desigualdades de gênero e reversão de outras, apesar disso, ainda falta muito para o nosso país alcançar uma justa e total condição de equidade de gênero (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

CONCLUSÃO

Atualmente, embora haja a previsão de uma igualdade formal entre homens e mulheres, sabe-se que essa igualdade de fato não existe, pois em razão de toda uma carga histórica de opressão e submissão do sexo feminino ao masculino, ainda há na nossa sociedade fortes traços de um sistema patriarcal. Sabe-se que o gênero não deve ser compreendido como um fator biológico, e sim social, inerente a todas as imposições de comportamento, de ser, agir e pensar no mundo de acordo com o sexo. Motivo pelo qual, buscou-se por meio de dados históricos compreender a desigualdade de gênero e como esse fenômeno se dá em nossa sociedade.

Foi possível vislumbrar, que a sexualidade feminina sempre foi tida como tabu, a medicina, não se preocupava com as questões relativas ao corpo feminino, exceto no que dizia respeito à maternidade e amamentação. Eram impostas uma série de regras às mulheres para que estas se mantivessem virgens até o casamento, e mesmo depois de casadas, o sexo não era tido como uma fonte de

prazer feminino, e sim visto com maus olhos para a sociedade, pois devido a enorme influência que a igreja exercia, pairava a noção de que o sexo deveria ser praticado apenas com a finalidade reprodutiva.

É interessante, no entanto, observar que o adestramento sexual feito pela igreja aplicava-se apenas as mulheres, pois aos homens era dada toda uma liberdade sexual, não eram rotulados pejorativamente, nem condenados socialmente por suas praticas sexuais, mesmo que envolvesse a recompensa pelo prazer ou o adultério. As mulheres não eram vistas como indivíduos autônomos, enquanto solteiras, eram subordinadas ao pai, o chefe da família, que zelava pela castidade da filha para o casamento e quando casadas, tinham o marido como seu senhor. A união marital, principalmente nas famílias mais ricas, era uma forma de firmar acordos com finalidade econômica, onde a mulher era quase que uma moeda de troca. Criadas e educadas para o casamento, a educação das meninas era diferenciada, preocupava-se em preparar as moças para as prendas domésticas, para administrar o lar e zelar dos filhos e marido.

As mudanças no sentido de romper com essa dominação começaram a surgir recentemente com entrada da mulher no mercado de trabalho, que possibilitou que ela fosse ganhando cada vez mais autonomia. No entanto, devido a todo esse histórico de dominação, há muito que se conquistar, ainda que possuam nível de instrução maior que o dos homens de modo geral, são poucas as mulheres a ocupar cargos de chefia, sendo também menos remuneradas em relação aos homens que exercem a mesma função.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. L. Um olhar sobre as construções de identidades de gênero na contemporaneidade. **Visualidades**, Samambaia, v. 8, n. 1, p. 191-205, abr. 2012.

ALMEIDA, A. M. M. Feminilidade: caminho de subjetivação. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, v. 1, n. 38, p. 29-44, dez., 2012.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**. Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2012.

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. **Abep**. 2009.

ARAÚJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. Prof**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, jun. 2002.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed., São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 2, p. 45-77.

BRABEC, J. C.; SANTANA, A. M. Mulher, política e trabalho: a luta pelos espaços públicos e as relações de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17. 2012, João Pessoa. **Orais**. João Pessoa: Uspb, 2012. v. 17, p. 404-419.

CIRINO, O. O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault. **Mental**. Barbacena, v. 5, n. 8, p. 77-89, jun. 2007.

CRUZ, A. R. Femicídio: necessidade ou populismo penal? **Revista Bibliomar**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 35-49, jul./dez. 2015.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 46-67.

D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed., São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 7, p. 223-240.

DUARTE, V.; CHRISTIANO A. P. A história da sexualidade. ANAIS SEMANA DA EDUCAÇÃO. ENSINO FUNDAMENTAL. p.755-764, 2012.

ENGEL, M. Psiquiatria e Feminilidade. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 184-205.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.

FALEI, M. K. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 8. p. 241-247.

FEITOSA, L. C. Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 1, n. 48-9, p.119-35, maio, 2008.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 5. p. 141-188.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

HANASHIRO, D. M. M.; CARVALHO, S. G. Diversidade cultural: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. **REAd** – Edição 47, Porto Alegre, v. 11, n. 5, set./out. 2005.

HEILBORN, M. L. **Gênero, sexualidade e saúde**. Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ISTO É. **Brasil fica em 92º lugar entre 159 países em ranking de igualdade de gênero.** 2017. Disponível em: <<http://istoe.com.br/brasil-fica-em-92o-lugar-entre-159-paises-em-ranking-de-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 14. ago. 2017.

BARROS, F.; MARINHO, E. **Empregabilidade no Brasil:** inflexões de gênero e diferenciais femininos. 2001. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Instituto de Pesquisa Economica Aplicada, Rio de Janeiro, 2001.

SALLES, A. C. T. C.; CECCARELLI, P. R. A invenção da sexualidade. **Reverso.** Belo Horizonte, ano 32, n. 60, p.15- 24, set. 2010.

SANTOS, L. C. M.; SILVA FILHO, J R. A tipificação do feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro. **ETIC** - Encontro de Iniciação Científica, v. 10, n. 10, p.1, 2014.

OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. **Sociologia, Problemas e Práticas,** Oeiras, n. 40, set. 2002.

PEDRO, J. M. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 9. p. 278-321.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil,** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 1. p.11-44.

SILVA, N. F. O espaço social e a identidade sexual na pós modernidade. **GEPIADDE,** Itabaiana, ano 1, v. 02, p. 1-5, jan. 2007.

SILVA, G S.; MENDES, S. A.; PINHEIRO, L. S. Família Contemporânea e Desigualdade de Gênero: um olhar sobre as políticas de enfrentamento à Violência contra a mulher. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PUBLICAS, 07., 2015, São Luiz. **Anais...** . São Luiz: Joimpp, 2015.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 206-226.

TRINDADE, W. R.; FERREIRA, M. A. Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres. **Texto Contexto Enferm,** Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 417-26, jul. set., 2008.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.109-126.

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Patos de Minas, 13 de novembro de 2017.

Daniele Tavares de Oliveira

Cátia de Castro Dias

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Autora Orientanda:

Nome completo: Daniele Tavares de Oliveira

Endereço: Rua Braz de lima, 96. Centro. Lagoa Grande -MG

Telefone: (34) 996691270

E-mail: danitavareslg@yahoo.com.br

Autora Orientadora:

Nome completo: Cátia de Castro Dias

Endereço: Avenida Juscelino Kubistchek

Telefone: (34) 3818 2300

E-mail: catiacatia178@gmail.com



FACULDADE PATOS DE MINAS



FACULDADE PATOS DE MINAS

Mantenedora – Associação Educacional de Patos de Minas

Portaria de Recredenciamento MEC – DOU N°. 1469 de 10 de Outubro de 2011.

Curso de Graduação em Psicologia

Bacharelado (Formação de Psicólogo)

Portaria de Reconhecimento MEC – DOU N°. 371 de 30 de Agosto de 2011.

“Como Psicólogo, eu me comprometo a colocar minha profissão a serviço da sociedade brasileira, pautando meu trabalho nos princípios da qualidade técnica e do rigor ético. Por meio do meu exercício profissional, contribuirei para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão na direção das demandas da sociedade, promovendo saúde e qualidade de vida de cada sujeito e de todos os cidadãos e instituições.”

(Juramento do Psicólogo – Conselho Federal de Psicologia)